

SUMÁRIO

PARTE I

APRESENTAÇÃO	31
1. O começo de tudo	31
2. O que esperar desta obra: a expressão “precedentes vinculantes”	32
3. A metodologia utilizada.....	35
4. Estrutura dos capítulos das decisões analisadas	36
4.1. Primeira parte: informações básicas da decisão.....	36
4.2. Segunda parte: análise da decisão	38
4.3. Terceira parte: impactos no dia a dia (comentários sobre a decisão).....	38
4.4. Quarta parte: quadro-resumo	38
5. As decisões analisadas nesta edição.....	38

PARTE II

PRECEDENTES VINCULANTES DO STF	43
1. Introdução	43
2. Precedentes vinculantes do STF	44
2.1. Controle concentrado de constitucionalidade (ADI, ADC, ADO, ADPF e MI).....	45
2.2. Controle difuso de constitucionalidade:recurso extraordinário repetitivo e recurso extraordinário com Repercussão Geral.....	46
3. A Repercussão Geral.....	47
3.1. Significado da Repercussão Geral.....	47
3.2. Competência para avaliação da Repercussão Geral.....	49
3.3. Hipóteses de Repercussão Geral presumida	49
3.4. A gestão da Repercussão Geral por temas no âmbito do STF.....	50
3.5. Tese de Repercussão Geral	51
3.6. Diferença entre fixação da tese e julgamento do caso concreto.....	51
3.7. A dupla função da Repercussão Geral: requisito de admissibilidade recursal e rito específico para a formação de precedentes qualificados ..	52
3.7.1. Repercussão geral como rito específico para a formação de precedentes qualificados.....	53
3.7.2. Repercussão geral como requisito de admissibilidade do recurso extraordinário.....	58
4. Recurso extraordinário repetitivo	60
5. Vinculatividade das decisões proferidas no julgamento de mérito dos recursos extraordinários repetitivos e dos recursos extraordinários julgados sob a sistemática da Repercussão Geral.....	62
6. O início da força vinculante das decisões do STF	63
7. Modulação de efeitos	67

PARTE III

PRECEDENTES VINCULANTES DO STF EM DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO	73
• DENÚNCIA DA CONVENÇÃO Nº 158 DA OIT (ADC39/DF)	73
1. Delimitação da controvérsia trazida na ADC 39.....	75
2. Breve retrospectiva da incorporação da Convenção 158 ao direito brasileiro e de sua denúncia.....	76
3. A incorporação de um tratado internacional no direito interno e o seu <i>status</i> na ordem jurídica brasileira.....	78
4. O entendimento do STF sobre os efeitos internos do ato de denúncia do Presidente da República.....	81
5. O resultado do julgamento.....	82
6. Impactos no dia a dia.....	83
6.1. As próximas denúncias de tratados internacionais.....	83
6.2. Reconhecimento da omissão normativa.....	83
6.3. Impacto da Convenção 158 da OIT sobre os contratos de trabalho.....	83
6.4. A Ação Direta de Inconstitucionalidade 1625.....	85
7. Quadro-resumo da ADC 39.....	87
• PROIBIÇÃO DO AMIANTO CRISOTILA (ADI 3356/PE)	88
1. A decisão do STF na ADI 3356.....	90
1.1. O questionamento objeto da ADI 3356: inconstitucionalidade da Lei pernambucana nº 12.589/2004.....	90
1.2. Demais ADIs ajuizadas pela CNTI com o mesmo objetivo em relação a outras leis locais.....	91
1.3. Motivação para o ajuizamento das ações pela CNTI.....	92
1.4. Os argumentos jurídicos defendidos na ADI 3356.....	92
1.5. O entendimento anterior do STF quanto ao amianto crisotila.....	94
1.6. O entendimento atual do STF quanto ao amianto crisotila.....	96
1.7. O desfecho da ADI 3356.....	98
1.8. A discussão sobre os efeitos da declaração de inconstitucionalidade incidental.....	100
2. Impactos no dia a dia.....	103
2.1. A declaração de inconstitucionalidade do art. 2º da Lei Federal nº 9.055/1995 e o seu reflexo nas leis locais.....	103
2.2. A utilidade dos efeitos <i>erga omnes</i> e da eficácia vinculante da declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 2º da Lei Federal nº 9.055/1995.....	104
2.3. A importância da decisão do STF para a defesa do meio ambiente do trabalho.....	105
3. Quadro-resumo da ADI 3356.....	106
• ADVOGADOS EMPREGADOS PÚBLICOS E O ESTATUTO DA OAB (ADI 3396/DF)	107
1. O questionamento formulado na ADI 3396.....	109
2. A decisão do STF na ADI 3396.....	112
3. Impactos no dia a dia.....	114
3.1. Empresas estatais não monopolistas, que se submetem à livre concorrência econômica com empresas privadas.....	114

3.2. Empresas estatais monopolistas, não concorrenciais.....	116
3.3. Editais com regras diferentes em concursos de empresas estatais.....	116
3.4. Advogados sujeitos ao regime estatutário.....	118
3.5. Advogados sujeitos ao regime da CLT na administração pública direta, nas autarquias e nas fundações públicas.....	122
4. Quadro-resumo da ADI 3396.....	124
• CORREÇÃO DO FGTS (ADI 5090/DF)	125
1. A decisão do STF na ADI 5090.....	125
2. Impactos no dia a dia.....	128
2.1. Ausência de créditos retroativos do FGTS.....	128
2.2. Ausência de mudanças para o empregador.....	128
3. Quadro-resumo da ADI 5090.....	128
• MOTORISTA PROFISSIONAL (ADI5322/DF)	129
1. A decisão do STF na ADI 5322.....	131
2. Impactos no dia a dia.....	131
2.1. Dispositivos legais declarados inconstitucionais pelo STF.....	132
2.1.1. Fracionamento do intervalo interjornadas (Art. 235-C, §3º, da CLT, e art. 67-C, §3º, do CTB).....	132
2.1.2. Exclusão do tempo de espera da jornada de trabalho (Art. 235-C, §§1º e 8º, da CLT).....	134
2.1.3. Pagamento indenizado do tempo de espera (Art. 235-C, §9º, da CLT).....	135
2.1.4. Exclusão do tempo de movimentação do veículo, durante o tempo de espera, da jornada de trabalho (Art. 235-C, §12º, da CLT).....	136
2.1.5. Adiamento, fracionamento e cumulação do descanso semanal remunerado nas viagens de longa distância (Art. 235-D, <i>caput</i> , da CLT).....	137
2.1.6. Gozo do intervalo interjornadas com o veículo em movimento (Art. 235-D, §5º, e 235-E, III, da CLT).....	138
2.2. Dispositivos legais declarados constitucionais pelo STF.....	140
2.2.1. Realização de exames toxicológicos (Arts. 168, §§ 6º e 7º, da CLT, e 148-A do CTB).....	140
2.2.2. Redução e/ou fracionamento do intervalo intrajornada (art. 71, § 5º, da CLT).....	141
2.2.3. Prorrogação da jornada por até 4h (Art. 235-C, <i>caput</i> , da CLT)....	143
2.2.4. Prorrogação da jornada de trabalho “pelo tempo necessário” (Art. 235-D, § 6º, da CLT).....	144
2.2.5. Jornada 12 x 36 mediante negociação coletiva (art. 235-F da CLT).....	145
2.2.6. Remuneração variável (art. 235-G da CLT).....	146
2.2.7. Cessão de veículo pelo TAC ao TAC auxiliar (art. 15 da Lei nº 13.103/2015).....	147
3. Outras consequências práticas da decisão do STF.....	149
3.1. Necessidade de mudanças organizacionais.....	149
3.2. O julgamento dos embargos de declaração na ADI 5322.....	149
3.2.1. A modulação de efeitos da decisão de mérito.....	149
3.2.2. Negociação coletiva sobre as matérias tratadas na ADI 5322.....	150
3.3. Repercussões negativas para os trabalhadores.....	152
3.3.1. Realização de até 4h extras diárias e jornada de 12 x 36.....	152

3.3.2. Possível aumento nos casos de fraude ao vínculo de emprego no segmento do transporte de cargas	153
3.4. Repercussões positivas para os trabalhadores	157
3.5. Atuação do Ministério Público do Trabalho	157
3.5.1. Tutela do repouso semanal remunerado e do intervalo interjornadas, qualificados como normas de saúde e segurança	157
3.5.2. Enfrentamento às fraudes nas relações de trabalho	159
4. Quadro-resumo da ADI 5322	160
• DISPENSA DE EMPREGADOS PÚBLICOS E ORDEM DE PREFERÊNCIA DO ART. 169, § 3º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ADI 5690/RS)	162
1. A decisão do STF na ADI 5690	164
1.1. Extinção de entidade da administração pública e a ordem de corte de gastos com pessoal estabelecida no art. 169 da Constituição Federal	164
1.2. A ordem no corte de gastos com pessoal do art. 169 da Constituição e os empregados públicos.....	167
1.3. A decisão cautelar do STF na ADI 2135 e seus reflexos nos contratos de emprego na administração pública.....	169
2. Impactos no dia a dia.....	173
2.1. Não aplicação do art. 169, § 3º, da Constituição Federal aos casos de extinção da pessoa jurídica.....	173
2.2. Não aplicação do art. 169, § 3º, da Constituição Federal aos empregados públicos.....	175
2.3. Ausência de transformação do regime celetista em estatutário pela decisão do STF na ADI 2135.....	176
3. Quadro-resumo da ADI 5690	177
• TRABALHO DA GESTANTE E DA LACTANTE EM AMBIENTE INSALUBRE (ADI 5938/DF)	177
1. O trabalho da gestante e da lactante no ambiente insalubre antes e depois da Reforma Trabalhista.....	178
2. Os fundamentos da decisão do STF na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5938.....	179
3. O art. 394-A da CLT após a decisão do STF na ADI 5938.....	182
4. Impactos no dia a dia.....	182
4.1. Responsabilidades decorrentes do art. 394-A da CLT.....	182
4.1.1. Afastamento imediato e incondicional das empregadas gestantes e lactantes do ambiente insalubre	182
4.1.2. Possíveis consequências do não afastamento da empregada gestante e lactante do ambiente insalubre	183
4.2. Os efeitos retroativos da decisão do STF e suas consequências.....	184
4.3. Providências práticas no ambiente de trabalho.....	185
4.3.1. Avaliação por meio de laudo pericial	185
4.3.2. Continuidade do pagamento do adicional de insalubridade	185
4.3.3. Eliminação da insalubridade	186
4.3.4. Tempo de afastamento duração da lactação	186
4.3.4.1. Primeiro entendimento: afastamento até que o filho complete 6 meses de idade, com possibilidade de prorrogação mediante recomendação médica.....	188
4.3.4.2. Segundo entendimento: afastamento sem prazo definido	189

4.3.4.3. Comparativo entre os dois entendimentos.....	190
4.3.4.4. A nossa posição.....	191
5. Quadro-resumo da ADI 5938.....	192
• JORNADA 12 X 36 POR ACORDO INDIVIDUAL (ADI 5994/DF).....	193
1. A decisão do STF na ADI 5994.....	193
2. Impactos no dia a dia.....	194
2.1. Superação da Súmula 444 do TST.....	194
2.2. A interpretação da expressão “acordo”, contida no art. 7º, XIII, da Constituição Federal.....	194
3. Quadro-resumo da ADI 5994.....	195
• TARIFAÇÃO DO DANO MORAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO (ADI 6050/ DF).....	196
1. A tarificação do dano moral na Reforma Trabalhista e a ADI 6050.....	196
2. A disciplina legal do dano extrapatrimonial nas relações de trabalho: reflexos da decisão do STF sobre o art. 223-A da CLT.....	198
3. O dano indireto, reflexo ou em ricochete: reflexos da decisão do STF sobre o art. 223-B da CLT.....	200
4. A tarificação do dano moral na Justiça do Trabalho: reflexos da decisão do STF sobre o art. 223-G, <i>caput</i> e § 1º, da CLT.....	201
5. Impactos no dia a dia.....	203
5.1. Caráter aberto da fundamentação do dano moral.....	203
5.2. Cabimento do dano moral indireto, reflexo ou em ricochete, na Justiça do Trabalho.....	204
5.3. Possibilidade de reparação por lesão a outros bens extrapatrimoniais não listados expressamente no art. 223-C da CLT.....	204
5.4. Possibilidade de arbitramento da indenização por dano moral em valores superiores aos limites estipulados no § 1º do art. 223-G da CLT.....	205
6. Quadro-resumo da ADI 6050.....	205
• TERMO INICIAL DA LICENÇA-MATERNIDADE (ADI6327/DF).....	206
1. O debate trazido na ADI 6327 e o entendimento do STF.....	207
2. Os fundamentos da decisão do STF no caso da ADI 6327.....	208
3. Impactos no dia a dia.....	213
3.1. O impacto da decisão do STF nos dispositivos legais que regulam o período da licença-maternidade e do salário-maternidade (art. 392, §2º, da CLT, art. 71 da Lei n.º 8.213/91 e art. 93, §3º, do Decreto n.º 3.048/99).....	213
3.2. Elasticidade do período da licença-maternidade e do salário-mater- nidade.....	215
3.3. Repercussões na Previdência Social.....	216
3.3.1. Aumento no período de concessão do salário-maternidade.....	216
3.3.2. Possibilidade de cobrança retroativa do salário-maternidade.....	217
3.4. Repercussões para o empregador.....	217
3.4.1. Aumento no tempo de ausência da empregada ao trabalho.....	217
3.4.2. A estabilidade decorrente da gestação.....	217
4. Quadro-resumo da ADI 6327.....	220

•	LICENÇA-PATERNIDADE (ADO 20/DF)	221
1.	A decisão do STF na ADO 20	221
2.	Impactos no dia a dia.....	224
2.1.	Reconhecimento da mora legislativa e prazo para regulamentação da licença-paternidade	224
2.2.	Fixação do prazo da licença-paternidade pelo STF	224
3.	Quadro-resumo da ADO 20.....	224
•	ADICIONAL DE PENOSIDADE (ADO 74/DF)	225
1.	O reconhecimento da omissão normativa inconstitucional do Poder Legislativo quanto ao adicional de penosidade e suas consequências na decisão do STF ..	225
2.	Impactos no dia a dia.....	227
3.	Quadro-resumo da ADO 74.....	227
•	DOBRA DA REMUNERAÇÃO DE FÉRIAS (ADPF 501/SC)	228
1.	A disciplina do atraso na concessão e no pagamento da remuneração de férias.....	228
2.	A inconstitucionalidade da Súmula 450 do TST.....	229
3.	Impactos no dia a dia.....	230
3.1.	As decisões não transitadas em julgado antes do julgamento da ADPF 501	230
3.2.	As decisões transitadas em julgado antes do julgamento da ADPF 501 ..	231
3.3.	Penalidades não alcançadas pela decisão do STF na ADPF 501	233
3.4.	Ratificação da constitucionalidade do § 2º do art. 8º da CLT	234
4.	Quadro-resumo da ADPF 501	234
•	TRANSPosição DE REGIME CELETISTA PARA ESTATUTÁRIO (ADPF 573/PI)	235
1.	A controvérsia debatida na ADPF 573.....	235
2.	Impactos no dia a dia.....	239
2.1.	Adoção do regime estatutário e a competência da Justiça do Trabalho: relação entre a ADI 3395 e a ADPF 573.....	239
2.2.	A tutela do meio ambiente do trabalho pelo Ministério Público do Trabalho	241
2.3.	Recolhimentos de FGTS e INSS.....	244
3.	Quadro-resumo da ADPF 573.....	247
•	CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOTRANSFOBIA (MI 4733/DF. ADO 26/DF) ...	248
1.	Apresentação do tema	249
2.	Evolução da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre os conceitos de raça e de racismo	249
2.1.	O caso Ellwanger (HC 82.424/RS): O conceito político-social de racismo. Superação do conceito biológico/fenotípico de raça	249
2.2.	O enquadramento da homofobia e da transfobia como racismo. Julgamento de mérito do MI 4733 e da ADO 26.	253
2.3.	O enquadramento da injúria racial como racismo: HC 154.248/DF	261
2.4.	O enquadramento da injúria homotransfóbica como injúria racial: embargos de declaração no MI 4733.....	263
3.	Síntese dos entendimentos do STF sobre os conceitos de raça e de racismo.	265
4.	Impactos no dia a dia.....	266

4.1. Enquadramento da homotransfobia e da injúria homotransfóbica como racismo	266
4.2. Imprescritibilidade e inafiançabilidade da homotransfobia	267
4.3. Reforço no combate à LGBTQIAPN+fobia nas relações de trabalho	268
4.4. Outros julgados do STF importantes sobre a temática	275
4.5. Ações importantes sobre o tema que estão tramitando no STF.....	276
5. Quadro-resumo do MI 4733 e da ADO 26.....	278
• EQUIPARAÇÃO ENTRE TERCEIRIZADOS E EMPREGADOS DA CONTRATANTE (TEMA 383)	279
1. Constitucionalidade do pagamento de remunerações distintas a terceirizados e empregados da contratante	279
2. O debate em torno da ampliação do alcance do Tema 383.....	281
3. Impactos no dia a dia.....	283
3.1. Aplicação da tese fixada a todas as empresas, públicas e privadas.....	283
3.2. Confirmação da constitucionalidade do § 1º do art. 4º-C da Lei nº 6.019/74.....	284
3.3. Possibilidade de pagamento de remunerações iguais a terceirizados e empregados da contratante.....	284
3.4. Superação do entendimento contido em Orientações das Coordenadorias Temáticas Nacionais do Ministério Público do Trabalho	284
3.5. Possibilidade de ajuizamento de ações rescisórias	285
3.6. Aplicação do <i>distinguishing</i> aos casos de fraude	286
3.7. Impossibilidade de utilização do Tema 383 para defender a terceirização de atividade-fim nas empresas estatais.....	287
4. Quadro-resumo do Tema 383.....	289
• ESTABILIDADE DA GESTANTE COMISSIONADA OU TEMPORÁRIA (TEMA 542)	290
1. A decisão do STF no Tema 542 e o histórico jurisprudencial da Corte na proteção à infância e à maternidade.....	290
2. Impactos no dia a dia.....	294
2.1. Possível superação da tese fixada pelo TST no IAC nº 2.....	294
2.2. Possível violação ao princípio da isonomia advindo da tese fixada pelo TST no IAC nº 2.....	297
2.3. O incidente de superação do entendimento do IAC 2.....	297
2.4. Possibilidade de atuação do MPT no âmbito da administração pública...	298
2.5. Possibilidade de atuação do MPT no regime de contratação temporária da Lei nº 6.019/74.....	298
3. Quadro-resumo do Tema 542.....	298
• TERCEIRIZAÇÃO DE ATIVIDADE-FIM E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A TERCEIROS (TEMA 725. ADPF 324/DF. ADC 48/DF. ADI 3961/DF. ADI 5625/DF)	299
1. Apresentação das decisões analisadas	300
2. As decisões vinculantes do STF sobre a terceirização de atividade-fim (ADPF 324 e Tema 725 da Repercussão Geral).....	301
3. As decisões vinculantes do STF sobre a prestação do serviço autônomo de transporte de cargas da Lei nº 11.442/2007 (ADC 48/DF e ADI 3961/DF)	307
4. A decisão vinculante do STF sobre a prestação do serviço de beleza por meio de contrato de parceria sob a Lei nº 13.352/2016 (ADI5625/DF)	308

5. Síntese das decisões vinculantes do STF nos paradigmas da prestação de serviços	308
6. Evolução da jurisprudência do STF sobre a terceirização e a prestação de serviços	309
6.1. Constitucionalidade de todas as formas de prestação de serviços distintas da CLT	309
6.1.1. Decisão da Primeira Turma do STF: contratação de advogado na condição de associado	310
6.1.2. Decisão da Segunda Turma do STF: contratação de médico na condição de pessoa jurídica PJ	311
6.2. Constitucionalidade de todas as formas de prestação de serviços distintas da CLT ainda que se trata de uma fraude ao vínculo de emprego ..	312
6.2.1. Fraude na contratação de corretor de imóvel: Reclamação nº 62.801/RS	312
6.2.2. Fraude na contratação de técnicos em radiologia: Reclamação nº 61.583/MG	313
6.3. O entendimento dos Ministros Edson Fachin, Flávio Dino e Dias Toffoli....	314
6.3.1. Decisão do Ministro Flávio Dino na Reclamação nº 67.348/RJ	315
6.3.2. Decisão do Ministro Edson Fachin na Reclamação nº 67.614/MT....	315
6.3.3. Decisão do Ministro Dias Toffoli na Reclamação nº 65.612 AgR/RS	316
6.4. As decisões da Primeira Turma do STF nas Reclamações nº 65.931/RJ e 70.720/SP: uma sinalização de virada jurisprudencial.....	318
7. Novo debate no STF: o trabalho plataformizado	323
7.1. Caso Uber (Recurso Extraordinário nº 1.446.336/RJ)	323
7.2. Caso Rappi (Reclamação nº 64.018/MG)	324
7.3. Caso Cabify (Reclamação nº 59.795/MG)	325
8. Nosso posicionamento quanto à validação, pelo STF, dos casos de fraude ao vínculo de emprego: Estado de coisas inconstitucional no sistema social trabalhista brasileiro.....	326
8.1. As fases interpretativas dos precedentes da terceirização	326
8.2. Inexistência de fundamento para validar os casos de fraude ao vínculo de emprego	328
8.3. Desconsideração da autonomia científica do Direito do Trabalho	330
8.4. O estado de coisas inconstitucional no sistema social trabalhista brasileiro.....	331
8.5. Conclusões	333
9. Impactos no dia a dia.....	334
9.1. A possibilidade de uso do <i>distinguishing</i>	334
9.2. Reflexos na Súmula 331 do TST	339
9.3. A Modulação de efeitos e o ajuizamento de ações rescisórias.....	341
9.3.1. A oposição de embargos de declaração contra as decisões de 30/8/2018.....	341
9.3.2. O trânsito em julgado da ADPF 324	342
9.3.3. A modulação de efeitos no RE 958.252	343
9.3.4. Possibilidade de recuperação de valores bloqueados	344
10. Quadro-resumo do Tema 725, da ADPF 324, da ADC 48, da ADI 3961 e da ADI 5625	344

• CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O TERÇO DE FÉRIAS (TEMA 985)	346
1. A decisão do STF no Tema 985: natureza jurídica do terço constitucional de férias.....	346
2. A modulação de efeitos do Tema 985.....	350
3. Impactos no dia a dia.....	352
3.1. A incidência da contribuição previdenciária patronal sobre o terço de férias.....	352
3.2. Contribuições previdenciárias patronais recolhidas antes de 15/9/2020 sobre o terço constitucional de férias gozadas.....	353
3.3. Contribuições previdenciárias patronais não recolhidas antes de 15/9/2020 sobre o terço constitucional de férias gozadas.....	353
3.4. Os parâmetros estabelecidos pelo STF para a incidência da contribuição previdenciária patronal prevista no art. 195, I, “a”, da Constituição Federal.....	354
4. Quadro-resumo do Tema 985.....	354
• DOENÇA GRAVE E POSSE EM CONCURSO PÚBLICO(TEMA 1015)	355
3. Contexto decisório do Tema 1015 da Repercussão Geral.....	355
4. Impactos no dia a dia.....	357
4.1. Restrição da discricionariedade da administração pública	357
4.2. Aplicação ao regime de emprego público	357
4.3. Reforço no combate à discriminação de gênero e por motivo de saúde... ..	358
4.4. Repercussões na atuação do Ministério Público do Trabalho: Tema 992... ..	359
5. Quadro-resumo do Tema 1015.....	360
• DEMISSÃO IMOTIVADA DE EMPREGADO CONCURSADO DE EMPRESA ESTATAL (TEMA 1022)	360
1. Contexto de surgimento do Tema 1022.....	360
2. Impactos no dia a dia.....	363
2.1. Superação do inciso I da OJ 247 da SDI-I do TST	363
2.2. Aplicação da tese a todas as empresas estatais de todas as esferas de governo e independentemente do tipo de serviço prestado	365
2.3. Os elementos essenciais do ato demissional conforme o tema 1022	365
2.4. Elementos acidentais do ato demissional conforme o tema 1022	367
2.5. A Orientação nº 17 da Coordenadoria Nacional de Promoção da Regularidade do Trabalho na Administração Pública (CONAP), do Ministério Público do Trabalho.....	368
2.6. Modulação de efeitos da tese fixada no tema 1022	369
3. Quadro-resumo do Tema 1022.....	370
• SALÁRIO-MATERNIDADE PARA MÃE NÃO GESTANTE (TEMA 1072)	371
1. Contexto de discussão e entendimento do STF no Tema 1072 da Repercussão Geral	371
2. Impactos no dia a dia.....	375
2.1. Repercussão na previdência social e no regime próprio de previdência... ..	375
2.2. Repercussões para os empregadores	375
2.3. Possibilidade de pedido de salário-maternidade retroativo	376
2.4. Possibilidade de ajuizamento de ações rescisórias contra decisões judiciais transitadas em julgado anteriormente à decisão do STF.....	377

2.5. Impossibilidade de deferimento de duas licenças-maternidade e livre escolha da beneficiária	377
2.6. Licença-paternidade	378
2.7. Atuação do Ministério Público do Trabalho	378
3. Quadro-resumo do Tema 1072.....	378
• CONDENAÇÃO CRIMINAL E POSSE EM CONCURSO PÚBLICO (TEMA 1190)	379
1. Contextualização do Tema 1190 da Repercussão Geral.....	379
2. Impactos no dia a dia.....	382
2.1. Observância, na iniciativa privada, da principiologia que norteou a decisão do STF.....	382
2.2. Aferição da incompatibilidade do crime cometido com o cargo pretendido.....	383
2.3. Relação com a Tese nº 1 de Recurso de Revista Repetitivo, do TST	383
2.4. O entendimento do Ministério Público do Trabalho.....	384
2.5. Nova interpretação dos incisos II e III do art. 5º da Lei nº 8.112/1990	385
2.6. Reflexos nos estatutos dos servidores estaduais e municipais	386
3. Quadro-resumo do Tema 1190	387

PARTE IV

PRECEDENTES VINCULANTES DO STF EM DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	389
• CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (ADI 5794/DF)	389
1. Nota introdutória	392
2. O objeto da ADI 5794 e o entendimento do STF	393
3. As alegações de inconstitucionalidade formal da supressão do caráter obrigatório da contribuição sindical	394
3.1. Exigência de lei complementar.....	394
3.2. Necessidade de lei específica	397
4. As alegações de inconstitucionalidade material da supressão do caráter obrigatório da contribuição sindical	399
4.1. Isonomia tributária	399
4.2. Força obrigatória da contribuição sindical	400
4.3. Princípio da autonomia sindical e proibição do retrocesso social.....	400
4.4. A assistência judiciária gratuita	403
5. Impactos no dia a dia.....	404
5.1. Diferenças entre a contribuição sindical (ADI 5794) e a contribuição assistencial (Tema 935)	404
5.2. Contribuições sindicais anteriores ao regime instituído pela Reforma Trabalhista	406
5.3. A autorização prévia e expressa em assembleia	407
5.4. Autorização prévia e expressa de todos.....	410
5.5. Autorização prévia e expressa para o desconto da contribuição sindical de trabalhadores filiados estabelecida no estatuto do sindicato.....	411
5.6. As múltiplas receitas sindicais e sua relação com a filiação sindical	411
5.7. A assistência judiciária gratuita e os entendimentos do MPT e do TST....	413

5.7.1.	O entendimento consolidado sobre a assistência judiciária gratuita por parte do sindicato laboral.....	413
5.7.2.	O advento da Lei nº 13.725/2018.....	415
5.7.3.	O entendimento do Ministério Público do Trabalho	416
5.7.4.	O entendimento do Tribunal Superior do Trabalho	417
6.	Quadro-resumo da ADI 5794.....	420
•	PISO NACIONAL DA ENFERMAGEM (ADI7222/DF)	421
1.	O surgimento do piso salarial nacional da enfermagem e a ADI 7222.....	422
2.	As decisões proferidas pelo STF na ADI 7222	424
2.1.	4/9/2022 Liminar do Ministro Roberto Barroso suspende a lei do piso ..	424
2.2.	9 a 16/9/2022 Sessão Virtual do STF referenda a liminar de 4/9/2022	425
2.3.	15/5/2023 Revogação parcial da medida cautelar concedida em 4/9/2022.....	427
2.4.	Sessão Virtual de 23 a 30/6/2023	432
2.5.	Sessão Virtual de 8 a 18/12/2023.....	435
3.	Impactos no dia a dia.....	438
3.1.	Observância do piso na iniciativa privada.....	438
3.1.1.	Necessidade de negociação coletiva	438
3.1.2.	Redução do piso salarial por negociação coletiva: o § 3º do art. 611-A da CLT.....	438
3.1.3.	Possibilidade de ajuizamento de dissídio coletivo	439
3.1.4.	A decisão do TRT em caso de dissídio coletivo.....	440
3.2.	Observância do piso pela União, administração pública direta e indireta	441
3.3.	Observância do piso pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, administração direta e indireta, pelas nas entidades filantrópicas e pelos prestadores de serviços contratualizados que atendam, no mínimo, 60% de seus pacientes pelo SUS.....	441
3.3.1.	Servidores dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (administração direta e indireta).....	442
3.3.2.	Empregados de entidades filantrópicas e dos prestadores de serviços contratualizados que atendam, no mínimo, 60% de seus pacientes pelo SUS	443
3.4.	Proporcionalidade do piso em relação à carga horária.....	443
3.5.	Base de cálculo do piso	444
3.6.	O piso nacional da enfermagem foi obrigatório, por força de lei, em algum momento?	444
3.7.	O pagamento do piso da enfermagem espontaneamente pelas empresas aderiu aos contratos de trabalho dos empregados?.....	446
3.8.	As cooperativas de trabalho	448
3.9.	Profissionais da enfermagem contratados diretamente por pessoa ou família para trabalho no âmbito residencial.....	449
3.10.	Institucionalização progressiva dos pisos salariais nacionais.....	450
4.	Quadro-resumo da ADI 7222.....	451
•	ULTRATIVIDADE DAS NORMAS COLETIVAS (ADPF 323/DF)	453
1.	O princípio da ultratividade das normas coletivas	453
2.	Os estágios da ultratividade das normas coletivas no ordenamento jurídico brasileiro e na jurisprudência do TST.....	454
3.	A decisão do STF na ADPF 323.....	456

4.	Impactos práticos.....	458
4.1.	As normas coletivas anteriores a 11/11/2017 (Reforma Trabalhista).....	458
4.2.	É possível pactuar a ultratividade em norma coletiva?.....	459
4.3.	Período de anomia.....	461
4.3.1.	O piso normativo previstos na norma coletiva expirada.....	462
5.	Quadro-resumo da ADPF 323.....	464
•	NEGOCIAÇÃO COLETIVA E JORNADA DOS MOTORISTAS PROFISSIONAIS (ADPF 381/DF)	465
1.	O tema debatido na ADPF 381.....	466
2.	A decisão do STF na ADPF 381.....	467
3.	Impactos no dia a dia.....	470
3.1.	Utilização do <i>distinguishing</i> para os casos do Tema 1046 da Repercussão Geral.....	470
3.2.	Posicionamento da 5ª Turma do TST: Possibilidade de enquadramento de trabalhadores no art. 62, I, CLT - atividade externa - por meio de norma coletiva.....	474
4.	Quadro-resumo da ADPF 381.....	477
•	DISPENSA DE EMPREGADOS PÚBLICOS E NEGOCIAÇÃO COLETIVA (ADPF 486/RS)	478
1.	A decisão do STF na ADPF 486.....	478
1.1.	A dispensa em massa de empregados públicos promovida pelo Governo do Rio Grande do Sul e o entendimento da Justiça do Trabalho pela necessidade de negociação coletiva.....	478
1.1.1.	Uma contextualização necessária: a tese fixada pelo STF no julgamento do Tema 638 da Repercussão Geral.....	481
1.2.	O entendimento do STF sobre as dispensas promovidas pelo Rio Grande do Sul.....	482
2.	O caso da ADPF 486 e a tese fixada no tema 638 da repercussão geral.....	484
3.	A decisão do STF na ADI 5690: a extinção da SPH e a ordem de preferência do art. 169 da Constituição.....	489
4.	Impactos no dia a dia.....	489
4.1.	Dispensa de empregados públicos em razão de extinção de entidades da administração pública indireta e desnecessidade de negociação coletiva.....	489
4.2.	Dispensa de empregados públicos em razão de extinção de entidades da administração pública indireta e desnecessidade de obediência à tese fixada no tema 638 da repercussão geral.....	490
4.3.	A necessidade de motivação da dispensa: tema 1022 da repercussão geral.....	491
5.	Quadro-resumo da ADPF 486.....	491
•	CRIAÇÃO DE SINDICATO COM BASE NO PORTE DA EMPRESA (TEMA 488)	492
1.	A disputa por contribuições sindicais que resultou no Tema 488.....	492
2.	O entendimento do STF sobre o conceito de categoria.....	494
3.	Impactos no dia a dia.....	497
3.1.	Recepção dos conceitos de categoria econômica e profissional estabelecidos na CLT.....	497
3.2.	A aplicação da tese a situações similares existentes.....	498

3.3. Reconhecimento da autonomia do Direito Coletivo do Trabalho	499
3.4. Indisponibilidade do conceito de categoria.....	500
4. Quadro-resumo do Tema 488.....	500
• DEMISSÃO EM MASSA E INTERVENÇÃO SINDICAL PRÉVIA (TEMA 638)	501
1. A decisão do STF no Tema 638 da Repercussão Geral	501
2. Impactos no dia a dia.....	503
2.1. Interpretação conforme tácita do art. 477-A da CLT.....	503
2.2. Intervenção sindical prévia	504
2.3. Celebração de convenção ou acordo coletivo de trabalho.....	507
2.4. Frustração do diálogo social	507
2.5. Cuidados na integração do sindicato no diálogo social.....	508
2.6. Ausência de sindicato laboral na base territorial da empresa	508
2.7. Recusa ou inércia do sindicato laboral em promover o diálogo social....	509
2.8. O descumprimento da tese fixada pelo STF e a reintegração dos trabalhadores.....	510
2.8.1. Supremacia da Constituição e nulidade dos atos inconstitucionais	510
2.8.2. Reconhecimento da possibilidade de reintegração na modulação de efeitos do Tema 638	512
2.8.3. Diferenças entre reintegração e concessão de estabilidade ou garantia de emprego.....	512
2.8.4. Semelhanças com a hipótese tratada na Súmula 443 do TST	513
2.8.5. A reintegração prevista na Lei nº 9.029/1995	513
2.8.6. Reintegração na jurisprudência do TST	514
2.9. A demissão em massa e a atuação do MPT	516
3. Quadro-resumo do Tema 638.....	517
• CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL (TEMA 935)	518
1. A mudança de entendimento do STF acerca da contribuição assistencial	518
2. Impactos no dia a dia.....	521
2.1. Celebração de convenções e acordos coletivos de trabalho a partir da decisão do STF.....	521
2.2. O direito de oposição.....	521
2.2.1. Os titulares do direito de oposição	521
2.2.1.1. Trabalhadores não filiados ao sindicato	521
2.2.1.2. Empresas não filiadas ao sindicato patronal	523
2.2.2. Forma, tempo e lugar de exercício do direito de oposição	523
2.2.2.1. Forma, tempo e lugar de exercício do direito de oposição: os embargos de declaração opostos no ARE 1.108.459 (Tema 935).....	524
2.2.2.1.1. Embargos de declaração do SINDIMAQ.....	524
2.2.2.1.2. Embargos de declaração da PGR.....	525
2.2.2.2. Forma, tempo e lugar de exercício do direito de oposição: o IRDR 1000154-39.2024.5.00.0000 do Tribunal Superior do Trabalho	526
2.2.2.3. Forma, tempo e lugar de exercício do direito de oposição: posicionamento do Ministério Público do Trabalho.....	529
2.2.2.4. Forma, tempo e lugar de exercício do direito de oposição: nosso posicionamento	530

2.2.3.	Atos antissindicais cometidos pelo empregador quanto ao direito de oposição: posicionamento do Ministério Público do Trabalho	533
2.2.4.	A Orientação nº 20 da CONALIS/MPT	535
2.3.	Caráter <i>erga omnes</i> da norma coletiva.....	538
2.4.	Diferença entre a contribuição assistencial e a contribuição sindical.....	540
2.5.	Superação de entendimentos do TST	542
3.	Quadro-resumo do Tema 935.....	543
•	NEGOCIADO VERSUS LEGISLADO (TEMA 1046)	544
1.	Contextualização do debate que originou o Tema 1046 da Repercussão Geral e a decisão do Supremo Tribunal Federal em matéria de prevalência do negociado sobre o legislado.....	544
2.	Impactos no dia a dia.....	547
2.1.	Os limites da negociação coletiva sob a perspectiva do julgamento do STF	547
2.1.1.	Limites estabelecidos na própria tese fixada	548
2.1.2.	Limites explícitos estabelecidos no acórdão de julgamento.....	549
2.1.3.	Limites implícitos estabelecidos no acórdão de julgamento	550
2.1.3.1.	Necessidade de autorização expressa na lei ou na Constituição para a redução/supressão do direito.....	550
2.1.3.2.	A jurisprudência do STF e do TST	551
2.2.	Síntese dos parâmetros para a identificação dos direitos disponíveis e indisponíveis.....	551
2.3.	A inconstitucionalidade dos incisos XII e XIII do art. 611-A da CLT.....	552
2.4.	A leitura do art. 611-B da CLT à luz do julgamento da ADI 5322.....	555
3.	Entendimentos do Ministério Público do Trabalho relativos ao tema 1046.....	560
4.	Entendimentos do TST relativos ao tema 1046.....	562
4.1.	Direitos disponíveis ou de indisponibilidade relativa segundo a jurisprudência do TST	563
4.1.1.	Possibilidade de compensação das horas extras deferidas com a gratificação de função paga ao trabalhador bancário (Súmula nº 109 do TST)	563
4.1.2.	Possibilidade de limitação ao poder diretivo do empregador para proteção da empregabilidade.....	570
4.1.3.	Possibilidade de prorrogação da jornada em atividade insalubre, sem necessidade de prévia autorização do Ministério do Trabalho Emprego.....	573
4.1.4.	Possibilidade de flexibilização dos minutos que antecedem e que sucedem a jornada de trabalho (minutos residuais).....	575
4.1.5.	Possibilidade de supressão da progressão da parcela anuênio....	577
4.1.6.	Possibilidade de prorrogação da jornada em atividade insalubre, sem necessidade de prévia autorização do Ministério do Trabalho Emprego.....	578
4.1.7.	Possibilidade de dispor sobre a natureza jurídica do auxílio-alimentação.....	579
4.1.8.	Possibilidade de jornada superior a 8 horas para regime compensação em turnos ininterruptos de revezamento.....	579
4.1.9.	Possibilidade de estabelecimento de requisitos para a aquisição do direito à estabilidade pré-aposentadoria	580
4.1.10.	Possibilidade de enquadramento de trabalhadores no art. 62, I, CLT - atividade externa.....	582

4.1.11.	Possibilidade de estabelecimento de jornada de trabalho de 12 horas, em escalas de 4x4, em turnos ininterruptos de revezamento.....	585
4.1.12.	Possibilidade de fixar remuneração do serviço extraordinário inferior àquela definida na Constituição (art. 7º, XVI, da CF) por meio da alteração do divisor do salário hora.....	588
4.1.13.	Possibilidade de flexibilização das horas <i>in itinere</i>	589
4.1.14.	Possibilidade de instituição do controle de ponto por exceção....	594
4.1.15.	Possibilidade de supressão da prorrogação da hora noturna	594
4.1.16.	Possibilidade de concessão de férias em período coincidente com o de folgas decorrentes do sistema 1x1	596
4.1.17.	Possibilidade de dispor sobre a base de cálculo e percentual das horas extras.....	597
4.1.18.	Possibilidade de redução do intervalo intrajornada para 30 minutos	598
4.1.19.	Possibilidade de exclusão da aplicação da indenização prevista pelo art. 477 da CLT	601
4.1.20.	Possibilidade de dispor sobre a forma de divisão e repasse das gorjetas (retenção parcial).....	601
4.1.21.	Possibilidade de supressão do direito à participação nos lucros nos casos de rescisão antecipada do contrato de trabalho	602
4.1.22.	Possibilidade de redução do intervalo interjornada do trabalhador portuário.....	603
4.1.23.	Possibilidade de fixação de natureza indenizatória do aluguel pela utilização dos veículos dos próprios empregados para o trabalho	604
4.1.24.	Possibilidade de estabelecimento de jornada de trabalho de 12 horas, em escalas de 10x5.....	605
4.1.25.	Possibilidade de estabelecimento de jornada de trabalho de 12 horas, em escalas de 15x15	606
4.1.26.	Possibilidade de estabelecimento de regime de compensação semanal e labor extraordinário aos sábados com adicional de 80%.....	608
4.1.27.	Possibilidade de desconto do banco de horas negativo	610
4.1.28.	Possibilidade de fixação de salário normativo inferior ao piso salarial previsto em lei.....	611
4.1.29.	Possibilidade de proibição de cumulação de adicional de penosidade instituído por norma coletiva com os adicionais de insalubridade e periculosidade.....	612
4.1.30.	Possibilidade de previsão de natureza híbrida para a parcela anuênio	613
4.1.31.	Prestação de horas extras habituais no regime de turnos ininterruptos de revezamento sem descaracterização da pactuação coletiva	615
4.1.32.	Possibilidade de estabelecimento da base de cálculo das horas extras composta apenas pelas parcelas salariais fixas.....	616
4.1.33.	Possibilidade excepcional de redução do intervalo intrajornada no caso a insuficiência de mão-de-obra.....	617
4.2.	Direitos indisponíveis ou de indisponibilidade absoluta segundo a jurisprudência do TST.....	619
4.2.1.	Impossibilidade de flexibilização dos direitos que visam à proteção da gestante e do nascituro (estabilidade da gestante).....	619
4.2.2.	Impossibilidade de prorrogação da jornada em atividade insalubre sem prévia autorização do Ministério do Trabalho Emprego.....	621

4.2.3.	Impossibilidade de supressão do direito de férias.....	625
4.2.4.	Impossibilidade de enquadramento do grau de insalubridade.....	628
4.2.5.	Impossibilidade de fixar remuneração do serviço extraordinário inferior àquela definida na Constituição (art. 7º, XVI, da CF) por meio da alteração do divisor do salário hora.....	629
4.2.6.	Impossibilidade de concessão do intervalo intrajornada ao final da jornada de trabalho.....	631
4.2.7.	Impossibilidade de concessão do repouso semanal obrigatório após 7 dias de trabalho consecutivos.....	635
4.2.8.	Impossibilidade de prestação de horas extras habituais no regime de turnos ininterruptos de revezamento.....	638
4.2.9.	Impossibilidade de flexibilização dos minutos que antecedem e que sucedem a jornada de trabalho (minutos residuais).....	649
4.2.10.	Impossibilidade de dispensa ou redução do intervalo intrajornada em lapsos temporais incompatíveis com o cumprimento de seus objetivos centrais (saúde, higiene e segurança laborativas).....	652
4.2.11.	Impossibilidade de estabelecer limite quantitativo para a caracterização da insalubridade.....	657
4.2.12.	Impossibilidade de redução do valor / flexibilização do adicional de periculosidade.....	658
4.2.13.	Impossibilidade de fixação de piso salarial diferenciado ao empregado em contrato de experiência.....	664
4.2.14.	Impossibilidade de flexibilização da cota legal de aprendizagem.....	665
5.	Quadro-resumo do Tema 1046.....	666

PARTE V

PRECEDENTES VINCULANTES DO STF EM DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO..... 667

•	JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA NA JUSTIÇA DO TRABALHO (ADC 58/DF).....	667
1.	Contextualização das ações e recursos julgados pelo STF sobre a temática dos juros e correção monetária na Justiça do Trabalho.....	669
2.	Delineando a abordagem feita neste capítulo.....	672
3.	Os juros de mora e a correção monetária dos créditos trabalhistas e dos depósitos recursais: o que decidiu o STF a respeito dos arts. 879, § 7º, e 899, § 4º da CLT?.....	673
4.	Impactos no dia a dia.....	675
4.1.	Regra geral: sentenças proferidas a partir de 12/2/2021.....	675
4.1.1.	Juros de mora na fase pré-judicial.....	677
4.2.	Pagamentos já realizados.....	678
4.3.	Sentenças transitadas em julgado antes de 12/2/2021.....	679
4.3.1.	Com adoção expressa dos índices de juros de mora e correção monetária.....	679
4.3.2.	Sem adoção expressa dos índices de juros de mora e correção monetária.....	680
4.3.2.1.	Omissão total quanto aos dois índices.....	680
4.3.2.2.	Omissão quanto a um dos índices.....	681
4.3.2.3.	Simples consideração de seguir os critérios legais.....	682

4.4. Sentença proferida antes de 12/2/2021 não transitada em julgado antes dessa data	682
4.5. Responsabilidade subsidiária da Fazenda Pública pelo crédito trabalhista.....	684
4.6. Juros e correção monetária a partir de 30 de agosto de 2024: Lei nº 14.905/2024.....	685
4.6.1. Reflexos da Lei nº 14.905/2024 na fase pré-judicial de atualização do crédito trabalhista.....	686
4.6.2. Reflexos da Lei nº 14.905/2024 na fase judicial de atualização do crédito trabalhista.....	688
4.6.3. Juros e correção monetária das indenizações por danos morais na Justiça do Trabalho: o novo entendimento do TST	690
4.6.4. Síntese dos critérios de atualização do crédito trabalhista a partir de 30/8/2024 (Lei nº 14.905/2024)	691
4.7. Responsabilidade direta da Fazenda Pública pelos créditos trabalhistas.	692
4.7.1. Atualização dos débitos trabalhistas da Fazenda Pública antes da expedição do precatório	692
4.7.1.1. Correção monetária.....	692
4.7.1.2. Juros de mora	695
4.7.2. Atualização dos débitos trabalhistas da Fazenda Pública a partir da expedição do precatório	697
4.7.2.1. Correção monetária.....	697
4.7.2.2. Juros de mora	699
5. Quadro-resumo da ADC 58.....	701
• BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA E HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA (ADI 5766/DF)	703
1. A discussão travada na ADI 5766.....	703
2. O entendimento do STF.....	705
2.1. A inconstitucionalidade do art. 790-B, <i>caput</i> e § 4º, e do § 4º do art. 791-A da CLT	706
2.2. A constitucionalidade do § 2º do art. 844 da CLT.....	708
3. Impactos no dia a dia.....	709
3.1. Pagamento de honorários periciais de sucumbência pela União	709
3.2. Possibilidade de cobrança retroativa dos honorários periciais pelo beneficiário da justiça gratuita.....	710
3.3. Condições de pagamento dos honorários advocatícios de sucumbência pelos beneficiários da justiça gratuita	710
3.4. Pagamento das custas processuais pelo beneficiário da justiça gratuita	712
4. Quadro-resumo da ADI 5766	714
• EDIÇÃO E REVISÃO DE SÚMULAS PELO TST E TRTs (ADI 6188/DF).....	715
1. As mudanças promovidas pela Reforma Trabalhista no rito de criação e modificação de súmulas, pela Justiça do Trabalho, e o entendimento do STF.....	716
2. Impactos no dia a dia.....	718
3. Quadro-resumo da ADI 6188	719
• FUNDO DE GARANTIA DAS EXECUÇÕES TRABALHISTAS - FUNGET (ADO 27/DF).....	720
1. O julgamento do STF na ADO 27	720
2. Impactos no dia a dia.....	722
3. Quadro-resumo da ADO 27.....	722

•	DEMISSÃO NAS EMPRESAS ESTATAIS E ACP DO MPT (TEMA 1004)	723
1.	Entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o exercício do contraditório e ampla defesa nas ações civis públicas do MPT que tratam da demissão de empregados públicos não concursados.....	723
2.	Impactos no dia a dia.....	726
2.1.	Necessidade de incluir o sindicato laboral no polo passivo das novas ações civis públicas (ACP) e nos novos termos de ajuste de conduta (TAC)	726
2.2.	Extensão da tese a hipóteses similares e aos demais ramos do Ministério Público	726
2.3.	A incidência retroativa da tese (efeitos <i>ex tunc</i>)	727
2.4.	Os TACs celebrados anteriormente ao julgamento do tema 1004	728
2.5.	Ausência de sindicato laboral na base territorial da empresa	729
3.	Quadro-resumo do Tema 1004.....	729
•	COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. PARCELA DE NATUREZA ADMINISTRATIVA (TEMA 1143)	730
1.	A particular incompetência da Justiça do Trabalho para apreciar causas ajuizadas por empregados públicos.....	730
2.	Impactos no dia a dia.....	732
2.1.	Redução na competência da Justiça do Trabalho	732
2.2.	A natureza jurídica da parcela pleiteada	732
2.3.	Reflexos e justiça competente.....	733
2.4.	Pedidos híbridos e justiça competente.....	733
2.5.	As causas sem sentença de mérito proferida até o dia 12/7/2023	734
3.	Quadro-resumo do Tema 1143	734
•	INTERVENÇÃO DO JUDICIÁRIO EM POLÍTICAS PÚBLICAS (TEMA 698) ..	735
1.	O debate em torno da atuação do Poder Judiciário e do Ministério Público no âmbito das políticas públicas	735
2.	Impactos no dia a dia.....	739
2.1.	Reflexos da decisão do STF na atuação do Ministério Público do Trabalho em políticas públicas.....	739
2.2.	O item 3 da tese fixada no Tema 698 e a terceirização de serviços no setor da saúde.....	742
3.	Quadro-resumo do Tema 698.....	743